

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Ofício s/nº/2015 Forumspf

Brasília, 31 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Nelson Barbosa
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG
Brasília - DF

Assunto: apresenta posição e considerações sobre a última reunião e contraproposta de cronograma para as negociações.

Senhor Ministro,

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, por meio deste, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar sua posição e considerações acerca da reunião ocorrida no último de 20 de março, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, também com a presença do Secretário de Relações de Trabalho desse Ministério, na qual foi apresentada a perspectiva do governo quanto à conjuntura econômica e às diretrizes de negociação para o funcionalismo federal no ano de 2015, após o protocolo da pauta geral de reivindicações do funcionalismo federal em 6 de março.

Primeiramente, ressalta-se que este Fórum tem caráter permanente e vem histórica e legitimamente representando e negociando as pautas gerais do conjunto do funcionalismo federal, inclusive por ser bloco que reúne as representações do conjunto das categorias e segmentos. Em sua composição, estão as entidades Andes-SN, Anffa-Sindical, Asfoc-SN, Assibge,-SN, CNTSS, Condsef, Confelegis, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Fasubra, Fenajufe, Fenale, Fenalegis, FENAPRF, Fenasps, Fenastc, Mosap, Proifes, Sinagencias, Sinait, Sinal, Sinasefe, Sinasempu, Sindifisco Nacional, Sindireceita, Sindlegis, SinpeCPF, Sintbacen e Unacon-Sindical.

Dessa forma, este Fórum, integrando as entidades relacionadas, reuniu-se após a

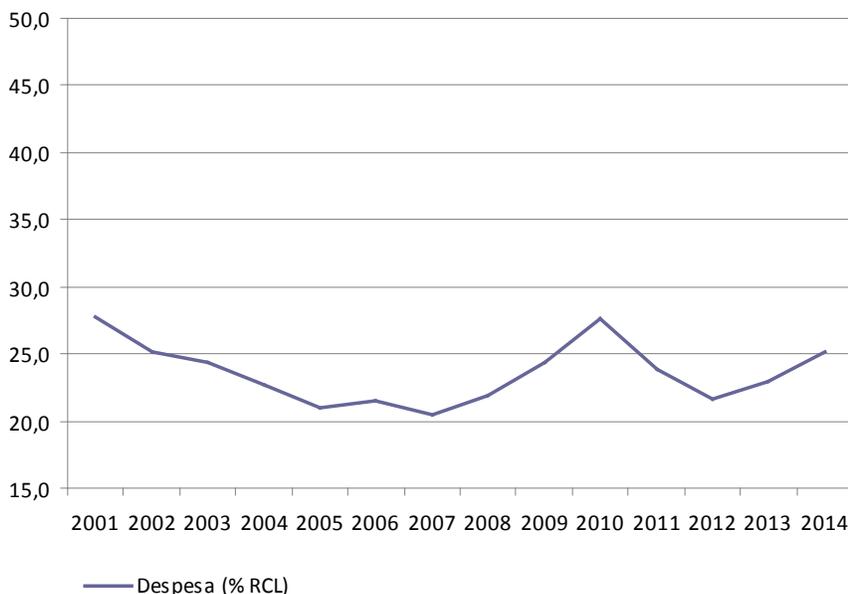
FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

audiência para avaliar as perspectivas apontadas pelo governo e definir a sua posição, transcrita a seguir, acompanhada de considerações e de contraposta de cronograma para as negociações entre governo e a representação dos servidores.

1. A política de ajuste fiscal e contenção de gastos públicos aplicada pelo governo é contrária aos interesses da maioria da população, que, de forma direta e indireta, vem se manifestando em favor do fortalecimento e ganho de qualidade dos serviços públicos, o que exige tratá-los como investimento social.
2. A política de austeridade atingirá a população mais desfavorecida, que necessita dos serviços públicos e causará impacto negativo para o projeto de desenvolvimento nacional, que necessita de investimentos em ensino e pesquisa, fundamentais ao conhecimento da realidade e ao planejamento de políticas públicas. Essa política também terá consequências nos setores de arrecadação e fiscalização, responsáveis por combater a sonegação e a corrupção, que diminuem as fontes do financiamento das ações estatais. A maioria desses setores encontra-se hoje com número elevado de servidores em condições de aposentadoria, situação que não vem sendo acompanhado de uma política de reposição de pessoal via concursos públicos, que por sua vez propiciaria um processo de transmissão do saber acumulado dos que saem para os novos servidores. Este problema precisa ser enfrentado adequadamente, o que não ocorrerá com o horizonte restritivo da política de contenção de gastos públicos.
3. A meta do governo de diminuir os gastos com o funcionalismo em relação ao PIB é extremamente preocupante, na medida em que um funcionalismo com melhores condições de trabalho e salários proporcionaria maior qualidade do serviço público, um conhecimento mais amplo da realidade, maior arrecadação ao Estado e o controle de possíveis disfunções. Correto seria que a valorização dos servidores acompanhasse no mínimo o crescimento do PIB. Pressupõe-se que os impulsos positivos na economia devam ser acompanhados pelo fortalecimento dos serviços públicos, e não o contrário. A meta do governo se torna ainda mais equivocada quando contraposta ao fato de que as despesas com o funcionalismo estão muito longe de atingir os 50% da receita líquida permitidos à União pela legislação, conforme mostra o gráfico a seguir:

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Despesa Total com Pessoal da União (% RCL)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN)

4. É extremamente preocupante que, diante da crise política vivenciada pelo governo, não sejam buscadas soluções que iriam ao encontro do que a população brasileira indica desde 2013: serviços públicos de melhor qualidade.

5. Combater a corrupção pressupõe uma capacitação maior da máquina pública para controlar os contratos, licitações, bem como dar aos órgãos que o fazem (fiscalização, arrecadação, polícias) melhores condições de trabalho e maior capacidade operativa para que as apurações sejam mais abrangentes e eficazes. Isso só pode ser devidamente feito por servidores públicos, e não por contratados em outras modalidades.

6. As ruas também pedem saúde, educação e transporte público de qualidade, o que exige uma reestruturação da política de favorecimento à educação e saúde privadas, e políticas de incentivo ao transporte público, diante de um cenário de aquecimento global e da crise de mobilidade das cidades.

7. A ciência e a tecnologia, associadas à educação pública de excelente qualidade em todos os níveis, são setores que precisam ser incrementados como estratégia de superação da dependência tecnológica do nosso país, o que serviria para contribuir com a política de industrialização de bens e serviços de alto valor agregado. Os recursos necessários aos institutos públicos de pesquisa, a melhora de suas condições de trabalho e de pessoal são fundamentais para um projeto nacional autônomo.

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

8. É preciso que a reposição de servidores por concursos públicos seja consubstanciada em uma política permanente de recursos humanos, que combata a precarização das relações de trabalho, por meio de terceirizações e do recurso ao uso massivo de contratação temporária em serviços de caráter contínuo. Serviços públicos mais eficazes e eficientes dependem da oferta de condições adequadas e estáveis de trabalho para que os servidores tenham real identidade com as missões institucionais dos diversos órgãos do Estado brasileiro.

Sobre as reivindicações

1. Data base, política salarial permanente, direito à negociação coletiva

Assegurar as necessárias estabilidade e qualidade dos serviços públicos requer, por parte da administração pública, uma concepção de reposição permanente dos salários, que só pode ser estabelecida quando se reconhece e se aplica a data-base como parte da política de recursos humanos. Esta é uma dívida histórica com os servidores, que precisa ser debatida e encaminhada. Mesmo com a determinação constitucional, as sucessivas administrações não negociaram este ponto, o que dá ao servidor a visão de que o governo não o trata com o devido respeito, uma vez que direitos regulamentados na iniciativa privada não estão garantidos aos servidores públicos (data-base, reposição anual das perdas inflacionárias, direito a negociação coletiva, e todos os seus consectários legais).

Essa incerteza leva a uma constante instabilidade e a um aumento das situações de conflito com o governo em que cada categoria, através de sua força, organização e capacidade de mobilização buscam melhores condições, o que cada dia mais acirra as diferenças, defasagens e distinções de *status* entre servidores considerados de “primeira” ou “segunda” classe.

A data-base, a política salarial, e as diretrizes de planos de carreira deveriam ser as metas prioritárias dessa administração e encaradas como planejamento necessário ao melhor funcionamento do serviço público.

2. Índice linear de 27,3% e reajuste dos benefícios

O pedido de antemão rebatido por Vossa Excelência, de recomposição de 27,3% nos salários dos servidores públicos federais, é condição *sine qua non* para repor as perdas do poder aquisitivo da categoria. Ainda que Vossa Excelência tenha questionado que “a data escolhida influencia o cálculo”, reafirmamos que o pleito decorre de bases concretas e sólidas. Parte-se do último reajuste linear concedido aos servidores públicos (agosto de 2010) - data-base para a construção do indicador - e prevê-se (tomando-se as estimativas do Bacen) uma inflação oficial acumulada pelo IPCA de 44% entre agosto de 2010 a julho de 2016; descontam-se os 15,76% que foram incorporados aos salários dos servidores, em três parcelas (2013-2015), e chega-se aos 27,3%. O ambiente de alta inflacionária e o tempo estimado para as negociações, até a conversão em projetos de lei e a efetiva implementação de reajustes nos salários, entre outros aspectos, devem ser levados em consideração como

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

parâmetro geral.

Quanto aos benefícios, estão congelados desde 2012, quando o auxílio-alimentação alcançou o valor atual de R\$ 373. Além das perdas historicamente acumuladas, neste período a inflação associada ao custo da alimentação fora do domicílio sofreu uma significativa aceleração. Não é demais afirmar que os trabalhadores do Executivo não comem ou gastam menos com a escola dos filhos do que os dos demais poderes. Não se justifica, portanto, haver qualquer distinção. Assim, além do reajuste e da recuperação de perdas nos benefícios, a equiparação entre os Três Poderes é fundamental, sem prejuízo da manutenção do valor real de cada um deles, com correção anual pela inflação.

3. Retirada do Congresso Nacional dos projetos que atacam os direitos dos servidores

Ao manifestar-se especificamente em relação às Medidas Provisórias 664 e 665, Vossa Excelência afirmou que não se trata de eliminação de direitos, e sim de “qualificação do acesso”. Ainda que se possa tergiversar, é certo que as alterações restritivas implementadas nas regras do Seguro-Desemprego, Abono Salarial, Pensão por Morte, Auxílio-Doença, Seguro-Defeso dos pescadores artesanais e Auxílio-Reclusão, entre outros, causam impactos negativos consideráveis sobre a vida de milhões de brasileiros, inclusive pensionistas dos servidores públicos, privando justamente a parcela mais vulnerável da população de benefícios que até há alguns dias lhes eram assegurados.

A lógica única por trás dessa proposta é o ajuste das contas públicas. Para tanto, o governo sequer sinaliza com alternativas para o financiamento do gasto social, tais como, por exemplo, uma reforma tributária progressiva que taxe as grandes fortunas, entre outras ações no sentido da justiça tributária.

Certamente, as MPs 664 e 665 são medidas que destoam do discurso do próprio governo, de que sua finalidade seria a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais. Contradizem ainda declarações de que não se tocaria nos direitos dos trabalhadores.

Ratificamos, portanto, nosso pleito de retirada dessas e de todas as medidas que atacam direitos conquistados.

4. Demais itens da pauta

Reafirmamos o conjunto da pauta protocolada nesse Ministério, que inclui ainda: aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores; paridade salarial entre ativos e aposentados; isonomia salarial entre os Poderes; aprovação da PEC 555/06 e do PL 4434; extinção do fator previdenciário; anulação da reforma da previdência realizada através de compra de votos; incorporação de todas as gratificações produtivistas; fim da terceirização no serviço público federal; concursos públicos pelo RJU; combate às privatizações; regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas para o serviço público, sem redução

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

salarial; liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado; revogação do Funpresp e da EBSERH.

Lembramos ainda a importância da manutenção e do efetivo funcionamento de uma mesa geral de negociações para o debate da pauta unificada dos servidores, além do tratamento das situações específicas nas mesas setoriais e seccionais, conforme Decreto nº 7.674, de 20.1.2012.

Sobre o cronograma

Diante do exposto, apresentamos a seguinte contraproposta de cronograma para as negociações:

1. Marcação da mesa central de negociações com o Fórum dos Servidores Públicos Federais para o dia 08 de abril, para discutir a pauta geral de reivindicações;
2. Alteração no cronograma de negociações apresentado:
 - a) Até o final de março/primeira quinzena de abril: prazo para que as entidades entreguem suas pautas específicas;
 - b) Abril e maio: período para que o governo atenda as categorias para negociações específicas e realize os necessários estudos técnicos e de impactos;
 - c) Junho: prazo final para o encaminhamento dos resultados das negociações.

Respeitosamente,

Assinam pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

Paulo Barela
CSP-Conlutas

Adilson Rodrigues Santos
Fenajufe

Paulo Rizzo
Andes-SN